

## OS USOS DO “MAS” EM EDITORIAIS DE JORNAIS<sup>1</sup>

**Cristina Lopomo DEFENDI<sup>2</sup>**

Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa/USP  
Docente do IFSP/Campus São Paulo  
Orientadora de IC-PIBIFSP

**Tatiane dos Santos Ramos ARANTES<sup>3</sup>**

Licencianda em Letras-IFSP/Campus São Paulo  
Orientanda de IC-PIBIFSP

### RESUMO

Este trabalho procura explorar as implicações de sentido que os usos do *MAS* podem estabelecer, tendo como *corpus* de análise editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Para tanto, parte-se da diacronia do item (CASTILHO, 1997), da sua descrição de usos (NEVES, 2011 e KOCH, 2011) e do processo gramaticalização que ele sofreu (MARTELOTTA, 1996), além de outras influências exploradas em nível linguístico-textual. Após levantamento de usos no *corpus*, os dados foram quantificados e foi realizada uma análise qualitativa dos sentidos apresentados. Pretende-se também abordar uma reflexão das possibilidades educacionais com esse tipo de análise.

**Palavras-chave:** Gramaticalização. Argumentação. Editoriais de Jornais.

### Introdução

Esta pesquisa centra-se, em primeiro plano, no registro de gramaticalização do *MAS*, mapeando um percurso das principais ocorrências de sentido que esse item possa ter em texto argumentativo escrito. Dessa forma, com um *corpus* composto por 50 editoriais de jornais paulistas de grande circulação (*Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*), foram feitas análises quantitativas e qualitativas, ou seja, levantamentos das ocorrências existentes com o item de estudo e seus sentidos de uso, além da análise de como são produzidos os recursos que estruturam a argumentação nesses editoriais.

É apresentado também o percurso histórico desse item até se chegar à concepção geral que hoje a caracteriza, a fim de que haja subsídios quanto às demais identificações linguísticas.

<sup>1</sup> Artigo compõe os trabalhos do Grupo de Pesquisa/IFSP-CNPq – Descrição do Português do Brasil.

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: crislopomo@ifsp.edu.br

<sup>3</sup> Endereço eletrônico: tatiane.dsra92@gmail.com

Baseando-se nisso e para que este estudo se fundamente, respalda-se nas pesquisas já realizadas acerca do item por Castilho (1997), Neves (2011), Martelotta (1996), Koch (2011) e Margarido (2010).

### **Alicerce teórico, objeto e objetivo de pesquisa**

Com a finalidade de que se encaminhe ao cerne desta análise, é importante que, em primeiro plano, seja demonstrado como se desenvolve e por que ocorre o processo de gramaticalização do *MAS*. A língua, tanto em sua forma escrita como na oral, é suscetível a sofrer mudanças linguísticas, devido às pressões externas e internas advindas do processo de comunicação resultantes de sua utilização pelos usuários.

O *MAS* conhecido hoje, em geral, prototipicamente, com o valor semântico de adversidade, existiu inicialmente na escrita, segundo Castilho (1997), com valor de comparações de quantidade e qualidade, além do valor de inclusão de indivíduos. Esses valores, por sua vez, são derivados do advérbio latino *magis*, que, na fala, em conjunto com a partícula *sed*, passou a assumir um valor adversativo. Além disso, Castilho (1997) descreve que, de modo quase que imperceptível, o valor de inclusão mudou para o valor de contração, pois foi mantido no nível discursivo como soma e atenuado para propriedades gramaticais enquanto contração adversativa.

Assim, para classificar os diversos valores de sentido que o *MAS* poderá assumir no *corpus* aqui selecionado, apoia-se nos tipos ou subtipos da proposta de Neves (2011). Entre eles, por ora, resgatam-se os valores de contração e eliminação, conforme dispostos a seguir: (i) indicando contração em direção oposta<sup>4</sup>, tais como, *marcando contraste – envolvendo ou não gradação, restringindo algo enunciado ou por acréscimo de termo ou acréscimo de circunstância limitador ou uma qualificação restritiva, negando inferências*, entre outros sentidos, (ii) contração na mesma direção, (iii) contração em direção independente e (iv) eliminação, conforme constam na seção ‘Verificação dos sentidos do *MAS*’.

Castilho (1997), em contrapartida, estabelece 3 possibilidades, sendo a última o lugar onde se encontrará o valor contração (ou adversativo) em maior evidência, já que, nos outros casos, esse valor estará bem mais atenuado: (i) *MAS não contração*, (ii) *MAS não*

<sup>4</sup> Neste estudo, entretanto, procuramos restringir aos valores de contraste, compensação, restrição e negação de inferência.

*contrajuntivo, unindo segmentos negativos e (iii) MAS contrajuntivo em sentenças afirmativas.*

Recorrendo a Martelotta (1996), tencionamos demonstrar de que forma esses diferentes usos do *MAS*, como operadores argumentativos, provêm do processo de gramaticalização. Tal item, oriundo do advérbio *magis*, cujo sentido, inicialmente, fazia menção às comparações de quantidade e qualidade, além do valor de inclusão de indivíduos, passa a, posteriormente, sofrer novas categorizações através de circunstanciadores metafóricos<sup>5</sup> e metonímicos<sup>6</sup> vindo a exercer outra função gramatical. Reitera-se que aquele sentido inicial prototipicamente utilizado para tal palavra, na língua falada, acabou ganhando novas acepções. Com isso, é possível esboçar o seguinte esquema histórico evolutivo (diacrônico) sintático-semântico do *MAS*:



Devido às necessidades linguísticas do sistema comunicativo, esse item gramatical de advérbio foi recategorizado como conjunção.

Esse esquema evolutivo é explicitado quando Castilho (1997) distingue o percurso realizado pelo advérbio *mais* e a conjunção *mas*. Apontará que, por um lado, ambos têm uma origem latina comum e, de outro, os valores expressos por (A), (B) e (C) – relacionados abaixo – somente serão mantidos nas utilizações de advérbio. No caso do sentido de inclusão, o autor defende ser o ponto ápice para originar o item aqui estudado, advindo de quando o advérbio latino *magis* passou a atuar em conjunto com a partícula comparativa *sed*. Nessa conjuntura, tal expressão serviria não só para posicionar-se em duas proporções como indicador de predileção a alguma coisa, como também para marcar oposição entre dois objetos<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Dado um processo de analogia e transferência, ele caracteriza-se na mudança de algum item linguístico em substituir um uso menos conhecido por um uso mais conhecido acerca do ato comunicativo.

<sup>6</sup> São os processos de reanálises, mediante as pressões contextuais e pragmáticas, que criam novas formas de usos, tal como ocorreu com advérbio latino *magis* que passou a atuar em conjunto da partícula *sed*.

<sup>7</sup> Ver exemplos (1) e (2) localizados ainda nesta seção.

Assim, apoiado no modelo trazido por Castilho (1997, p. 112), apresentamos os exemplos dos sentidos semânticos anteriormente indicados:

- A. Precisamos de **mais** linguistas.  
– valor de comparações de quantidade com inclusão
- B. Ele tem **mais** livros do que seu vizinho.  
– valor de comparações de quantidade com inclusão
- C. Falou **mais** alto do que seu colega.  
– valor de comparações de qualidade com inclusão

Num viés pragmático, Martellota (1996) relaciona o uso real da língua ao processo de gramaticalização. Entende-se que, em consonância aos contextos de uso, a cada enunciado do falante, por meio de troca de experiências, são compartilhados diferentes sentidos linguísticos às palavras. Baseado em Heine *et al* (1991, p. 182), Martelotta sintetizou o processo de gramaticalização com o seguinte *continuum*: espaço → tempo → texto.

Tais estágios são dados como categorias cognitivas que representam um elemento fruto das experiências humanas, partindo de um nível mais concreto para o abstrato. Ao passo que, nessa escala, uma categoria é transferida a outra ao se encaminhar da esquerda para a direita em uma substituição conceptual metafórica, de modo que um elemento menos gramatical (*magis*) se tornou mais gramatical (*mas*), assumindo um valor de conjunção.

Considerando o *corpus* composto por editoriais jornalísticos, apresentamos as reflexões de Koch (2011) a respeito das funcionalidades acerca do operador argumentativo *MAS*. Apoiada em Ducrot-Vogt, a autora distingue-o do conector textual, isto é, a mera e tão somente rotulação deste como conjunção adversativa, já que o seu uso presume uma intenção para a estruturação lógico-discursiva de um texto, aliado às explorações de sentido semântico que as suas diferentes funções podem causar em enunciados. Portanto, exclui-se aquela ideia exposta pela gramática tradicional de que a finalidade da conjunção deva, em sentido muito vago, ligar uma oração à outra.

Koch (2011) considera que tal item estará coordenado entre proposições, das quais são denominadas respectivamente como **p** e **q**: (i) hipoteticamente num enunciado **x**, quanto ao destinatário, presume-se que ele obtenha uma conclusão **r** consequente da informação dita que é sugerida por **p** e, ao mesmo tempo, **q** não confirma essa asserção. Há, portanto, representados por **p** e **q** ideias argumentativas ideológicas de sentidos opostos à conclusão **r**;

em (ii) quando a força de **q** for contrária a **r** e, ao mesmo tempo, será maior do que **p** que estará em seu favor. Estas relações ficam bem claras nos seguintes exemplos expressos por Margarido (2010, p. 30):

(1) *Ele não é inteligente, **mas** apenas esperto.*

(2) *Ele é inteligente, **mas** estuda pouco.*

Em (1), temos o enunciado “*Ele não é inteligente*” representado pela letra **p** que logo seria pressuposto, isto é, concluído com uma informação oposta quanto ao que o segundo elemento propõe, dado por **q** “*mas apenas esperto*”. Por consequência, a conclusão pressuposta por **r** não é confirmada por **q**. No que diz respeito à exemplificação da estrutura (ii), exposta por Koch, toma-se o exemplo (2). Nele, nitidamente, verifica-se que a proposição **q** expressa por “*mas estuda pouco*”, ao mesmo tempo que é contrária à conclusão **r**, subverte o que **p** propõe “*Ele é inteligente*”. O que seria resultante, a título de exploração, do seguinte enunciado “*ele é inteligente, porque estuda muito*”.

Assim, explanadas estas ideias iniciais e observadas constatações a partir dos teóricos até então estudados, propõe-se responder reflexivamente aos seguintes questionamentos:

a) Por que a concepção prototípica do uso do *MAS*, como conjunção adversativa, não é o bastante?

b) Em nível educacional e linguístico, qual é a importância do estudo dos diferentes usos do *MAS*? Que relações podem ser feitas ao *corpus* proposto neste trabalho?

### **Caracterização do gênero editorial e sua esfera jornalística em função da argumentação discursiva**

Sendo o editorial um dos produtos úteis para a movimentação do processo comunicativo, toma-se Bakhtin (2011) como um dos fundamentos teóricos desta seção. Para ele, todas as *formas* (de certo aspecto) *estáveis* de enunciados, escritos ou orais, não têm outro fim senão formarem os gêneros discursivos.

Dito isso, demarca-se que o editorial é proveniente da esfera jornalística opinativa e informativa, portanto, rico em utilizar as mais diversas estratégias argumentativas, em consonância com o conhecimento cultural crítico nele explorado. Quem o escreve, o editorialista, além de opinar a partir da tentativa de sustentar argumentos, de certa forma convincente aos leitores, informa, relata e julga os acontecimentos sócio-históricos marcados

e reverberados em uma dada conjuntura da sociedade, tangenciando por consequência as ideologias nela presentes, formadas pelos seus valores, regras e normas.

Em sequência, a estrutura dos editoriais se define quando Bakhtin (2011) prevê todos enunciados serem constituídos por seu *conteúdo temático*, *estilo da linguagem* e *construção composicional*. Os editoriais são contemplados, em primeiro plano, da *temática* política e, em segundo plano, não menos importante, dos assuntos econômicos, científicos, cotidianos, entre outros. Tais conteúdos e a *linguagem*, nos editoriais, são resultados de terem sofrido modificações até chegarem à forma dos discursos jornalísticos lidos na sociedade em voga, por exemplo, com os usos linguísticos bem marcados.

No que diz respeito à extensão dos editoriais, ela pode ser considerada sintética. Ao serem publicados, geralmente em uma lauda, em cadernos de opiniões de jornais, os editoriais não são assinados e denotam a visão dos editorialistas enquanto instituição, isto é, a dita empresa que eles representam, de modo a orientar, convencer e conquistar os leitores – mais comumente conhecidos como a opinião pública, tal qual é o caso da *Folha de São Paulo* e do *Estado de São Paulo*.

Essa organização, segundo Silva (1992, p. 100 citado por SOUZA, 2006, p. 64), se configurará com a seguinte estrutura de caráter não engessado, portanto, moldável quando necessário: (i) apresentação de um assunto, (ii) o sentido dele e (iii) o direcionamento conclusivo, a confirmação da opinião propriamente dita. Além disso, os títulos trazem algumas significações um tanto quanto peculiares, conforme visto em Beltrão (1980 citado por MARGARIDO, 2010, p. 81). Em geral, são compostos entre três a quatro palavras, em uma linguagem bastante figurativa ou metaforizada, com intuito de provocar atenção nos leitores para que se descubra, paulatinamente, a direção e a conclusão proposta a partir dessa estratégia realizada, sugerindo, dessa forma, o ponto de vista ali posicionado.

### **Apresentação e análise dos dados de pesquisa**

A partir de um *corpus* composto por 50 editoriais de jornais de grande circulação na cidade de São Paulo (divididos em 25 da *Folha de São Paulo* e 25 do *Estado de São Paulo*, no período de março a julho de 2015, contendo, respectivamente, 11.024 e 16.495 palavras), procurou-se não só identificar como as classificações de uso do MAS podem ser estruturalmente construídas, mas também, constatar a distribuição quantitativa em cada editorial. Ou seja, esta pesquisa apoia-se em uma metodologia de análise de *corpus* escrito,

argumentativo, representativo da linguagem de padrão culto, voltada para um público leitor também culto. Aos dados coletados, foram feitas, além das análises quantitativas, as análises qualitativas.

*A priori*, por exemplo, quanto ao *corpus Folha de S. Paulo* analisado, de 24 de março a 03 de julho de 2015, dos 25 editoriais, foram registrados 38 marcadores *MAS*. Em cada um desses editoriais, há, em média, um ou dois usos do item. Somente em cinco editoriais não foram localizados seu registro. O uso (ou não) do marcador está relacionado à temática retratada e à estratégia argumentativa no editorial em questão, de acordo com o que será explicitado na próxima seção.

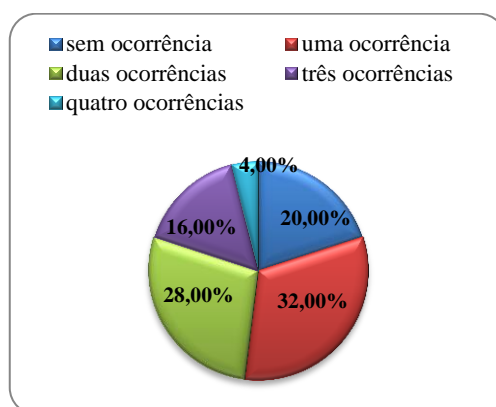


Gráfico 1: *MAS* na *Folha de São Paulo*

Em sequência, com relação aos 25 editoriais do *Estado de São Paulo*, selecionou-se o período de 24 de março a 21 de abril de 2015, no qual foram registradas 55 ocorrências do *MAS*, e, em média, aparecem uma ou duas vezes em cada texto analisado. Apenas em dois editoriais não há o *tal* item esperado e também somente em dois editoriais foram registrados, em cada um, cinco operadores argumentativos *MAS*<sup>8</sup>, como demonstrado no gráfico a seguir.

<sup>8</sup> Nos editoriais *O grande culpado*, de 30 de março de 2015, e em *Mais uma bola na trave*, de 11 de abril de 2015.

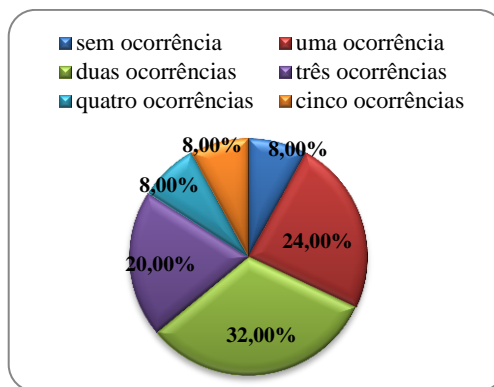


Gráfico 2: MAS no Estado de São Paulo

Algumas dessas estratégias argumentativas serão analisadas a partir das verificações e exemplificações qualitativas de seus sentidos semânticos encontrados com maior frequência no *corpus*.

### Verificação dos sentidos do MAS

A partir da descrição semântica do MAS realizada por Neves (2011) e somado ao valor de adição não previsto (\*) pela autora, na seção “A construção das adversativas: a construção com MAS”<sup>9</sup>, fizemos o levantamento dos tipos e subtipos de classificação encontrados em nosso *corpus* de pesquisa. O gráfico a seguir apresenta tal levantamento:

<sup>9</sup> Neves (2011) preferiu trabalhar com o valor aditivo de um dos usos do MAS na seção “Construções comparativas correlativas”, separando-o, portanto, do MAS de adversidade. Em contrapartida, aqui restringimos tal valor aos estudos de Castilho (2010).



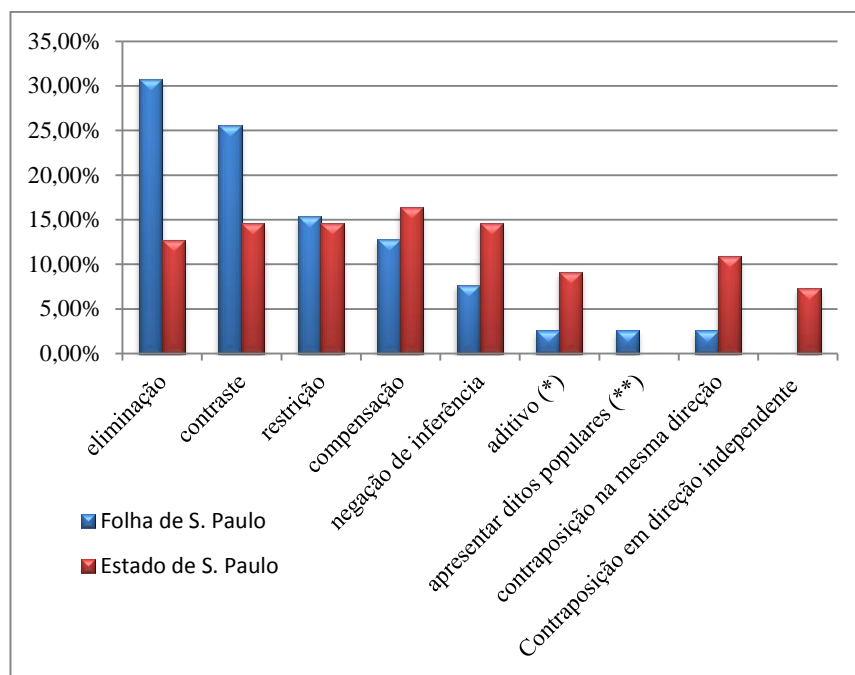


Gráfico 3: Comparação de usos semânticos do MAS

Das ocorrências coletadas na *Folha de São Paulo*, por exemplo, o uso mais frequente foi eliminação (31,58%), seguido pelo grupo de contraposição em direção oposta marcado por contraste (26,32%), restrição (15,79%), compensação (13,16%), negação de inferência (7,89%), adição e contraposição na mesma direção (2,63%) cada. Já, no *Estado de São Paulo*, o uso mais frequente foi o de compensação (16,36%). Na sequência, em um mesmo percentual, (14,55%), os sentidos semânticos explorados foram o de contraste, restrição e negação de inferência. Além disso, os índices abaixo de 14% da ocorrência total são: o de eliminação (12,73%), contraposição na mesma direção (10,91%), valor aditivo (9,09%) e, por fim, a contraposição em direção independente (7,27%) (não identificada nos editoriais da *Folha de São Paulo*).

Quanto aos editoriais da *FSP*, foi possível notar que a maior frequência constatada do MAS como eliminação está relacionada às irrealizações, isto é, às quebras de expectativas relativas às efetivas ações, as quais a população esperaria ser realizadas nos setores públicos, pelos políticos, dada a temática mais comum apresentada nos editoriais, que é a análise da conjuntura política.

Sobre o *ESP*, nota-se que os valores semânticos de compensação, contraste, restrição e negação de inferência, além de serem os maiores índices registrados nessa parte do *corpus*, pertencem ao mesmo grupo de contraposição denominado por Neves (2011) como contraposição em direção oposta. Em geral, o MAS, quando identificado fazendo menção

contextual a algum aspecto com teor negativo, automaticamente, precisará ser contraposto com outro que vislumbre um valor oposto a si, isto é, o positivo, no caso, ou vice-versa. Tais estratégias argumentativas direcionam-se às críticas e posicionamentos tomados pelos editorialistas diante das práticas do Governo ou dos reflexos das práticas que ele mantém em sua atuação política.

Alguns desses sentidos serão exemplificados a seguir: a saber, para o caso de contraposição, existem 3 tipos de posicionamentos de argumentos, em direção oposta (A), na mesma direção (B) e em direção independente (C), além do caso de eliminação (D). A cada ocorrência observada, dois exemplos serão transcritos, sendo um da *Folha de São Paulo* e outro do *Estado de São Paulo*<sup>10</sup>.

#### A - contraposição em direção oposta:

- Indicando contraste:

(3) *Há certa confiança de que a economia mundial crescerá mais neste ano, MAS preocupa que tal dinamismo se concentre em poucos países, especialmente nos EUA. Entre os principais emergentes, somente a Índia deve ter desempenho melhor na comparação com 2014.* (Melhor, mas nem tanto, FSP, 23/04/2015)

(4) *A grave crise política e econômica na qual o País está mergulhado coloca Dilma Rousseff na berlinda. E não poderia ser diferente. Afinal, ela é a presidente da República e tem demonstrado uma inacreditável inépcia no exercício das funções de primeira mandatária. MAS uma análise conjuntural que amplie o foco de observação da cena política para além dos episódios do dia a dia e se projete sobre os 12 últimos anos expõe à luz o protagonista oculto, o ardiloso responsável maior pela tentativa de reinventar o Brasil - aventura que hoje custa caríssimo para cada um dos brasileiros: Luiz Inácio Lula da Silva.* (O grande culpado, ESP, 30/03/2015)

Em (3), o operador argumentativo MAS é empregado contrastando duas orações. No caso, a primeira oração tem por função apresentar uma ‘**informação 1**’, dada como positiva, que se tenha *confiança* para o ano de 2015 “de que a economia mundial crescerá”, contrapondo à ‘**informação 2**’, por sua vez negativa, de que só poucos países crescerão, expressa em “que tal dinamismo se concentre em poucos países”.

No exemplo (4), esse contraste é evidenciado entre os elementos menos positivo e negativo, respectivamente, figurados a partir das atuações de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. A princípio, pelo editorialista, a ‘**informação 1**’ “Dilma Rousseff na berlinda” é posta temporariamente como negativa. De início e temporal, pois a ‘**informação 2**’,

<sup>10</sup> Com exceção do exemplo 13, com uma só ocorrência.

“protagonista oculto”, faz com que, no decorrer desse editorial, Dilma ascenda definitivamente e valorativamente a uma posição mais positiva (ou menos negativa) em relação à Lula, deixando assim que a **‘informação 2’** tome por excelência o lugar de argumento negativo. Outros recursos que reiteram essa transferência de valores a partir da inserção do operador *MAS* são os verbos ‘ampliar’ e ‘projetar’, suscitando, portanto, um deslocamento ou uma mudança não esperada. No caso, se o grande culpado por nosso país enfrentar tal conjuntura econômica diante de tanta inflação não é totalmente “x”, no caso, Dilma Rousseff, será levantado um quadro histórico, de modo totalmente argumentativo, persuasivo, especulativo e direcionador quanto a quem poderia ocupar essa responsabilidade.

- Indicando compensação:

(5) *O conservadorismo sem dúvida é forte no Brasil; a pena de morte, a redução da maioria penal, a rejeição ao aborto e à liberação das drogas têm apoio em larga parcela da população – e diante de tais assuntos, naturalmente, cada pessoa tem o direito de se posicionar como lhe parecer melhor.*

*MAS nossa sociedade também é, felizmente, mais complexa do que pretendem os mais conservadores.* (Submissão, FSP, 14/06/2015)

(6) *Segundo reportagens da TV Globo e do jornal Folha de S. Paulo, a Polícia Civil fez há pouco a primeira apreensão dessa droga - 88 gramas - na Cracolândia, trazida por dois traficantes africanos vindos da Tanzânia, que foram presos. A quantidade é pequena, MAS especialistas alertam que uma pedra de heroína menor do que um grão de arroz, misturada com crack, basta para causar dependência.* (Más notícias da Cracolândia, ESP, 14/04/2015)

No exemplo (5), a **‘informação 1’**, “O conservadorismo sem dúvida é forte no Brasil”, é posicionada em sinal compensativo pelo fato de a sociedade se fazer mais complexa do que o próprio conservadorismo, dada pela **‘informação 2’**, “nossa sociedade também é, felizmente, mais complexa”. Nesse sentido, o editorialista particulariza<sup>11</sup> a complexidade da sociedade, apresentando exemplos de conservadorismo exacerbado ao mesmo tempo em que os relativiza.

Em (6), é preciso apresentar brevemente o contexto dado pelo parágrafo anterior do fragmento recortado (a nova droga é tão devastadora como o crack, é mais barata e, agora, acessível). A compensação é posta pela **‘informação 1’** no sentido de “ainda que a quantidade de certa apreensão de droga realizada pela Polícia Civil seja pequena”, ela “evitou causar dependência em seus possíveis novos usuários”, conforme apresentada pela **‘informação 2’**. Nota-se a preocupação da polícia quanto à estratégia desses traficantes em baratear tal

<sup>11</sup> Fazendo menção ao conceito de foco, segundo Neves (2013).

mercadoria, a fim de difundi-la, já que o comércio de *crack* e, agora, conseqüentemente, a heroína são grandes preocupações na região da Cracolândia em São Paulo.

- Indicando restrição

(7) *A supervisão de setores como transportes, eletricidade, águas, telecomunicações e saúde vive um vácuo decisório. A Presidência procrastina a indicação de diretores para as agências, que ainda precisam ser aprovados pelo Senado.*

*Beira o surreal, por exemplo, a situação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A diretoria deveria ter cinco pessoas, MAS só duas vagas se acham preenchidas. Não alcança nem o quórum para tomada de decisões, três votos. (Agências desreguladas, FSP, 21/04/2015)*

(8) *Dilma Rousseff é uma mulher de muitas certezas. Tem errado à beça por mais de quatro anos, MAS sempre com absoluta certeza. Até porque ela tem certeza de que jamais deve admitir erros. Há quem chame isso de teimosia. (Dilma Rousseff e suas certezas, ESP, 08/04/2015)*

Em (7), percebe-se que a inserção da ‘**informação 1**’, “A diretoria deveria ter cinco pessoas”, é restringida em modo contrastivo pela ‘**informação 2**’, “só duas vagas se acham preenchidas”, devido à quantidade de cargos da diretoria da Anac a serem ocupados não ter ultrapassado nem metade do total mínimo pleiteados, no caso, cinco. Com a inserção de *um elemento limitador*, segundo Neves (2011), a irrealização dessa situação fica demonstrada, já que, se o número possível de vagas reais da diretoria da Anac não for preenchido, a quantidade ocupada não será suficiente nem para tomada de decisões.

A situação da oração introduzida pela conjunção aqui em estudo, em (8), é a mesma. Entretanto, contextualmente, refere-se às ditas certezas de Dilma Rousseff, que é qualificada/restringida pelas expressões no excerto em negrito, colocadas de modo irônico aos possíveis erros de atuação que poderiam ter cometido ao longo de seu período presidencial e não admiti-los, segundo o editorialista, assim como apresenta no título *Dilma Rousseff e suas certezas*.

- Indicando negação de inferência

(9) *O Brasil, afinal, vive um paradoxo. O PIB encolheu 0,15% em 2014, segundo prévia do Banco Central, MAS o consumo de energia subiu 2,2%, em média. Ele só diminuiu no setor industrial; no comércio e nos domicílios, permaneceu em alta, e com taxas superiores a 4%. (Apagão de confiança, FSP, 24/03/2015)*

(10) *Dilma Rousseff, portanto, está coberta de razão quando propõe, com o ajuste fiscal, o saneamento das contas do governo. MAS esse saneamento tem pela frente dois poderosos inimigos: a ignorância e a má-fé.* (Ignorância e má-fé contra o ajuste, ESP, 26/03/2015)

Na sentença (9), esperava-se que, com encolhimento do PIB brasileiro 2014, demonstrada pela **‘informação 1’**, “O PIB encolheu”, o consumo de energia também caísse, entretanto, subiu em média 2,2%, como expressa a **‘informação 2’** em “o consumo de energia subiu”. Negando, dessa forma, o que havia sido inferido anteriormente.

Em (10), a **‘informação 1’**, “saneamento das contas do governo”, corrobora quando é dito que Dilma Rousseff está coberta de razão em propor ajuste fiscal no governo, fazendo com que, até então, se intua essa ação ser dada como positiva, pois ela é negada a partir do conteúdo introdutório e qualificador da oração adversativa; posta pela **‘informação 2’**, “poderosos inimigos: a ignorância e a má-fé”, que nesse contexto pode refletir também uma relação ambígua. Tanto serve para referir ao resumo da qualificação da ação realizada por Dilma quanto direcionar especificamente para o agente.

## B - contraposição na mesma direção

(11) *A informação repassada por alguns Estados, todavia, ainda é precária. Não só porque as metodologias utilizadas variam MAS também porque unidades federativas populosas como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia não forneceram dados – em 2004, o governo paulista calculou que, em 2003, os menores respondiam por 3,3% dos assassinatos com autoria conhecida.* (Informação de menos, FSP, 09/06/2015)

(12) *A comparação relevante, como já foi reconhecido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, é com os países emergentes. A presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro Guido Mantega sempre insistiram em confrontar a dívida pública do Brasil com as dos países desenvolvidos, em geral muito maiores e superiores, em vários casos, a 80% do PIB. MAS a dívida pública desses países tem sido refinanciada com juros muito menores que os pagos pelo Tesouro brasileiro - e até a Espanha, recém-saída de uma crise, já está girando seus papéis com juros negativos. A presidente Dilma Rousseff nunca explicou essa diferença.* (O desarranjo vai longe, ESP, 16/04/2015)

Na sentença (11), com a **‘informação 2’**, verifica-se que a introdução sobre “as unidades federativas mais populosas não fornecerem dados estatísticos” serve, por um lado, para **‘informação 1’**, “reiterar comparativamente a precariedade de informações ‘divulgadas’ pelo país de um modo geral”, e de outro lado, “dizer que as metodologias utilizadas por alguns estados variam”. Apenas alguns de todos os estados brasileiros responderam sobre a participação de jovens em crimes em seus territórios. Esse segundo argumento é exposto

como algo superior em relação ao primeiro, devido ao fato de se pressupor que os estados de *São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia*, por serem populosos e desenvolvidos, não deveriam computar atraso em suas informações publicadas.

Em (12), a **‘informação 1’**, “a dívida pública dos países desenvolvidos tem sido refinanciada com juros bem menores”, age em contraposição de mesma direção à **‘informação 2’**, “em comparação aos juros pagos pelo Brasil”. Segundo Neves (2011), essa **‘informação 2’** é superior, ou, pelo menos não é inferior à primeira. Isto é, o primeiro argumento, por sua vez, é posto em sinal de confronto do endividamento do Brasil, refinanciado em más condições, pois os juros pagos por ele são bem maiores dos que os pagos pelos países desenvolvidos, mesmo as dívidas deles sendo bem mais altas.

### C - contraposição em direção independente<sup>12</sup>

(13) ***Ainda há muito a ser negociado, e sempre existe o risco de que os detalhes - que é onde mora o diabo - acabem prejudicando o desfecho, MAS o fato é que o anunciado acordo entre Estados Unidos e Irã tem tudo para abrir uma nova era diplomática para um dos mais tensos embates da história recente.*** (O histórico acordo EUA-Irã, ESP, 08/04/2015)

Em (13) destaca-se que a **‘informação 1’**, “embora ainda haja muito a ser negociado entre os Estados Unidos e o Irã”, para que nenhum país acabe se prejudicando, ainda assim, a **‘informação 2’** demonstra que “o acordo já foi dado como anunciado para uma nova era diplomática entre esses dois países de tensos embates existentes na história”. Nesse contexto, é possível notar que a segunda porção faz-se a mais importante, uma vez que, para enunciar esse acordo diplomático, ela vem *lexicalizada* por uma expressão de realce, conforme os termos de Neves (2011), no caso, pela expressão “o fato é”.

### D - Eliminação<sup>13</sup>

(14) ***Entregues a si mesmos, os políticos brasileiros não têm muitos motivos para fazer coisa melhor – MAS, se tiveram a oportunidade, certamente farão coisa muito pior.*** (Noves fora, nada, FSP, 31/05/2015)

(15) ***Vaccari só ousou se manifestar para repetir que todas as "doações" recebidas pelo PT das empreiteiras envolvidas na Lava Jato foram "legais" e "devidamente registradas no TSE". O que provavelmente é verdade, MAS não elide o fato de que a origem do dinheiro pode ser criminoso, produto de propina, como a Lava Jato tem comprovado sem sombra de dúvidas.*** (A polícia mais perto do PT, ESP, 08/04/2015)

<sup>12</sup> Nesse caso, só há um exemplo, pois nos editoriais da *Folha de S. Paulo* não foi localizado tal valor semântico.

<sup>13</sup> A eliminação, segundo Neves (2011), além do contraste em primeira existência, ela também pode ser total, parcial, provisória, entre outros sentidos.

Na sentença (14), há na **‘informação 1’** uma desconsideração, mesmo que provisória, “dos políticos brasileiros fazerem algo melhor”. Ou seja, alguma coisa de bom ainda poderia por eles ser realizada (ironicamente posta), pois logo ela é eliminada quando se comprova a ação e a propensão da atuação desses profissionais mediante o anúncio da **‘informação 2’**, “certamente farão coisa muito pior”.

Nesse ponto, cabe ressaltar outro sentido que também pode ser relacionado ao MAS. Diz respeito à utilização de contraste, ao ser percebido também que a **‘informação 1’**, “os políticos brasileiros não terem motivos para fazer algo melhor”, contrastaria com a **‘informação 2’**, “porque eles teriam motivos para realizarem coisa muito pior”.

Em (15), “o fato da origem do dinheiro poder ser criminosa (produto de propina)”, dita pela **‘informação 2’**, elimina a verdade, aceita pelo editorialista na **‘informação 1’**, “que as doações recebidas pelo PT foram legais e registradas no TSE”. Segundo Neves (2011), tal caso ocorre quando o conteúdo do membro iniciado por MAS eliminar o conteúdo do membro anterior.

Em sequência, trata-se sobre os exemplos<sup>14</sup> do MAS com o valor de **adição**:

(16) *Uma top model, lembrou o ministro Dias Toffoli, não pode liberar o uso comercial de sua imagem sem pagamento. **Não apenas indenizações, MAS outras formas de reparação podem ser solicitadas** – e alguns ministros chegaram ao ponto de não descartar que se possa suspender a circulação de um livro.* (Sem censura, FSP, 12/06/2015)

(17) *Tal iniciativa do governo confirma a disposição **do Brasil de fazer da internet a tribuna mais franca possível, e não somente** ao garantir o livre tráfego de dados, conforme previsto no Marco Civil recentemente aprovado, **MAS agora também** ao procurar protegê-la dos violadores de direitos humanos - aqueles que subvertem o espírito democrático da rede para disseminar seu ódio e cometer seus crimes.* (Por uma internet civilizada, ESP, 13/04/2015)

No caso do exemplo (16), verifica-se que a **‘informação 1’**, “não apenas indenizações”, é adicionada à **‘informação 2’**, “outras formas de reparações judiciais que uma top model pode solicitar”, quando sua imagem for comercializada sem que seja paga por isso. Obtém-se, aí, de forma explícita, por um lado, a correlação aditiva retratada por Castilho (2010), com o par “não apenas” e “mas outras”. Por outro lado, uma forma parcialmente implícita, se pressupuser esse par ser: “não apenas” e “mas [também] outras”. Sobretudo, todos estariam imbricados no sentido de somar algo.

<sup>14</sup> Como já dito, tais fragmentos não estão evidenciados com um subtítulo de classificação do MAS conforme os grupos anteriormente analisados, porque foram computados representantes do valor de adição construído por pares correlativos.

Em (17), a **‘informação 1’**, “a ideia de tornar a internet um livre tráfico de dados”, é adicionada à **‘informação 2’**, “de que procura-se protegê-la dos violadores de direitos humanos”, na tentativa de torná-la um mecanismo de informação também mais civilizado. Ainda baseando em Castilho (2010), essa informação se enredará nos elementos de correlação expressos pelo par “não somente ... mas agora também”.

### Um caso peculiar do *corpus*

Apresentamos um caso peculiar que o *MAS* pareceu agir em plano de fundo:

(18) *Justiça tarda e falha* (Justiça tarda e falha, FSP 30/03/2015).

A sentença (18), de modo irônico e estratégico, tem por função apresentar, cognitivamente, o dito popular “tarda, mas não falha”, contrastando informações que presumem um resultado positivo da Justiça, independente de sua demora. Isto é algo próximo à contraposição em direção independente, nos termos de Neves (2011). Desse modo, quando o editorialista lança tal dito popular como plano de fundo para “Justiça tarda e falha”, verifica-se atender a um objetivo argumentativo e estilístico do editorial em questão. No caso, de juntar, somar adjetivos qualitativos ao tipo de ação conduzida pela Justiça ali caracterizada, expressas pela **‘informação 1’**, “tarda”, somada à **‘informação 2’**, “falha”.

### Uma reflexão educacional

Cobrando uma reflexão educacional em relação a este trabalho, Silva (1992, p. 100, citado por SOUZA, 2006, p. 62) nos chama a atenção quanto à interdiscursividade presente nos editoriais, já que os leitores desses textos devem acionar conhecimentos sobre as áreas de Economia e História, principalmente. Em contrapartida, se o editorial é um mecanismo para veicular, além de informações diversas, opiniões com a construção de argumentos, quanto mais lidos, maiores chances de serem ampliados os repertórios culturais (político, econômico, histórico *etc.*) de seus leitores, além de suas qualidades críticas.

Da mesma forma ocorreria, no nível educacional, se se incentivasse mais e melhor – fundamentando um dos questionamentos-base dos objetivos desse trabalho –, a verificação das estratégias argumentativas utilizadas nos mais diversos tipos de textos. Apresentamos um



exemplo: alunos/professores poderiam utilizar o editorial *Diplomacia econômica*<sup>15</sup>. Espera-se que tal apontamento seja enredado em demonstrar o estilo de linguagem altamente irônico em conjunto do uso do *MAS* no sentido semântico ora de negação de inferência ora de eliminação, caracterizadores do posicionamento descritivo do editorialista sobre o cenário econômico atual do Brasil em relação ao mercado internacional. Em paralelo, seria possível esmiuçar a estrutura do editorial como gênero do discurso, além dos apontamentos dos recursos e estratégias argumentativas utilizadas para construí-lo. Junto a isso, trabalhar tal texto em sua integridade, nos âmbitos político, econômico e histórico, essa leitura poderia estar vinculada a um projeto interdisciplinar, envolvendo as áreas de História, Matemática e Geografia.

À vista disso, outras diversas formas de ensino poderão suscitar tais conhecimentos, hoje escassos, e de alguma forma melhorar na adesão de leitores (e no portar-se realmente como tal) perante a construção de sentidos não só destes tipos de textos, os editoriais, como também os demais produtos do sistema comunicativo, pensando também na produção textual dos próprios alunos, por exemplo. Uma vez que, em importantíssima instância, servirão como moldes a serem seguidos no quesito da construção da argumentação.

Desse modo, será possível ampliar o repertório linguístico dos alunos, diferentemente do estudo das conjunções abordadas, em geral, a partir da gramática tradicional. Nela, como já mencionado, o *MAS* seria visto estritamente com valor adversativo.

## Conclusão

Neste trabalho, procurou-se demonstrar o percurso diacrônico do operador argumentativo *MAS*, da fala à escrita, tangenciando o seu processo de gramaticalização desde sua existência primária no latim, como advérbio, e a classe gramatical como hoje comumente ele é conhecido, até chegar às diversas apreensões de sentidos a partir da visão da gramática funcionalista.

Para tanto, com um material linguístico escrito, predominantemente culto, esta pesquisa foi embasada em um *corpus* composto por 50 editoriais de dois jornais paulistas, *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*. Os dados coletados foram analisados com base em Neves (2011), quanto aos valores semânticos do *MAS* registrados, contextualmente, na

<sup>15</sup> Editorial publicado em 13 de junho de 2015, na *Folha de S. Paulo*, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/222518-diplomacia-economica.shtml> Acesso em 16.jun.2015.

escrita e na oralidade; em Koch (2011), distinguindo-o do conector textual, isto é, a mera e tão somente rotulação como conjunção adversativa pela GT; e em Castilho (1997) e Martellota (1996), com o panorama do seu processo gramaticalização.

Além dos valores semânticos expostos, vale destacar o provável percurso de gramaticalização feito pelo *MAS*, demonstrado pelo *continuum*: espaço → tempo → texto. Comprova-se, dessa maneira, que a concepção prototípica, como conjunção adversativa, não é o bastante, pois, como se viu, ela não explora os diversos sentidos semânticos aqui apontados e limita a percepção de nuances de informação e de relevância. Assim, provou-se como a apreensão de novos significados desse item influirá na comunicação dos falantes, na construção de mensagens, se de modo análogo a essa perspectiva funcionalista suas palavras forem selecionadas.

Em suma, é necessário que os demais sentidos sejam amplamente conhecidos, se não resultará em grandes problemas quanto à compreensão linguístico-textual mediante a real utilização desse tipo de argumentador, tanto na modalidade escrita quanto oral. Também, percebe-se que esse desconhecimento dos demais sentidos semânticos que o *MAS* ou qualquer operador argumentativo implica simplesmente dar continuidade à constante gramaticalização desses itens, uma vez que serão criados novos mecanismos ou que os substituirão ou, paralelamente, novos valores semânticos aparecerão.

Portanto, em um *corpus* escrito, tencionou-se demonstrar outros sentidos para este item com vistas a ajudar na ampliação do repertório linguístico de nós, usuários da língua, em nossas próprias produções ou interpretações diárias que se fizerem necessárias, tanto orais, quanto escritas. Consequentemente, uma mudança desta postura influiria, logicamente, em um aumento ainda mais significativo quanto a um espontâneo acesso aos veículos de comunicação informativa, tais como, os editoriais, rádios *etc.*

No nível educacional, seria esperado ocorrer uma desmitificação perante as aplicações de estudo das conjunções. Não nos basta ter inúmeras rotulações de conjunções e não sabermos utilizá-las de acordo com as reais necessidades comuns do sistema comunicativo. Será por meio dos falantes que se construirão, de modo ininterrupto, novos usos para se estruturar argumentativamente o que se intenciona transmitir e se fazer entendido.

## Referências

ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores didática geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASTILHO, A. T. Língua falada e gramaticalização. In: *Filologia e linguística Portuguesa*, n. 1, p. 107-120, 1997.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 385-390.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARGARIDO, R. *Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. 180f.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. UFRJ, Rio de Janeiro: 1996. Disponível em <[http://www.discursioeagramatica.letas.ufrj.br/download/publicacao\\_livro\\_gramaticalizacao.pdf](http://www.discursioeagramatica.letas.ufrj.br/download/publicacao_livro_gramaticalizacao.pdf)>. Acesso em: 04.set.2015.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de Usos do Português*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011 [2000].

NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. 2ª ed. São Paulo: editora contexto, 2013.

SOUZA, M. M. de. *Transitividade e construção de sentido no gênero editorial* 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2006. 418f.

### ABSTRACT

*This work seeks to explore the implications of meaning that the uses of MAS may establish, with the corpus of editorial analysis of the newspaper Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. Therefore, starts from the diachronic item (Castilho, 1997), his description of uses (NEVES, 2011 and KOCH, 2011) and the grammaticalization process he suffered (MARTELOTTA, 1996), besides other influences exploited in the linguistic-textual level. After raising uses in the corpus, the data were quantified and was carried out a qualitative analysis of the presented meanings. It is also intended to address a reflection of the educational possibilities with this type of analysis.*

**Key words:** Grammaticalization. Argumentation. Editorials in newspapers.

**Envio: Agosto/2016**  
**Aprovado para publicação: Agosto/2016**